

**PORTARIA Nº 113, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007.**

Implementar os valores das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos ao Crea-RS por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2008.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Crea-RS,

Considerando o enunciado da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis* “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

Considerando que as Resoluções do Confea nº 500 e 501, ambas de 21 de setembro de 2007, fixam os valores das anuidades de pessoas físicas, de pessoas jurídicas, a serem pagos aos Conselhos Regionais pelas pessoas físicas e jurídicas;

Considerando que a Resolução do Confea nº 502, de 21 de setembro de 2007, fixa os valores de registro de ART e dá outras providências;

Considerando que a Resolução do Confea nº 503, de 21 de setembro de 2007, fixa os valores de serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Creas, e dá outras providências;

Considerando o teor do artigo 3º da Resolução do Confea nº 500, de 2007, que faculta aos Creas a concessão de desconto nos valores de anuidades cobrados dos profissionais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Implementar os seguintes valores das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos ao Crea-RS por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2008.

**DAS ANUIDADES**

Art. 2º Os valores das anuidades devidas ao Crea-RS por pessoas físicas e jurídicas são os descritos em resoluções do Confea vigentes.

Art. 3º O Crea-RS poderá, a critério da Diretoria, conceder desconto no valor da anuidade a profissionais nas seguintes situações, mediante preenchimento dos Anexos I, II e III, conforme o caso:

I – de 90% (noventa por cento) ao profissional na primeira anuidade;

II – de 90% (noventa por cento) ao portador de doença grave, que resulte em incapacitação para o exercício profissional devidamente comprovada;

III – de 50% (cinquenta por cento) ao profissional comprovadamente carente;

IV - de 50% (cinquenta por cento) ao profissional que comprovar a ausência o país durante pelo menos 6 (seis) meses no exercício, mediante apresentação de passagem ou declaração da companhia aérea.

V – de 90% (noventa por cento) ao profissional registrado que possua registro de empresa individual, cuja anuidade do exercício 2008 esteja quitada.

§ 1º As concessões de redução de valores referentes a anuidades estabelecidas pela Resolução do Confea nº 500 são passíveis àqueles que não gozam de outra redução nestes valores.

§ 2º As situações previstas nos incisos I, II, III, IV e V não são extensivas aos exercícios subsequentes ao pedido. Em perdurando a situação, o requerente deverá formalizar novo pedido no exercício correspondente. Não serão deferidos pedidos referentes a exercícios anteriores.

Art. 4º O Crea-RS concederá desconto de 90% (noventa por cento) no valor da anuidade a profissionais nas seguintes situações:

I – profissional do sexo masculino com mais de sessenta e cinco anos de idade ou trinta e cinco anos de registro no Sistema Confea/Crea, completados até 31 de dezembro de 2007, e em dia com as suas obrigações até o exercício anterior;

II – profissional do sexo feminino com mais de sessenta anos de idade ou trinta anos de registro no Sistema Confea/Crea, completados até 31 de dezembro de 2007, e em dia com as suas obrigações até o exercício anterior.

Parágrafo único. As concessões de redução de valores referentes a anuidades estabelecidas pela Resolução do Confea nº 500 são passíveis àqueles que não gozam de outra redução nestes valores.

Art. 5º A faixa de enquadramento das anuidades devidas ao Crea-RS por pessoas jurídicas será determinada de acordo com a resolução vigente à época de registro do Instrumento Contratual na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Título Especial.

Art. 6º O reenquadramento de pessoa jurídica em faixa inferior àquela em que estiver enquadrada, segundo o valor de seu capital social, somente poderá ocorrer mediante apresentação de alteração contratual registrada na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Título Especial.

Parágrafo único. Os valores das anuidades devidas ao Crea-RS por pessoas jurídicas corresponderão ao capital social constante no instrumento contratual apresentado ao Crea-RS até o dia 28 de dezembro de 2007. Os instrumentos contratuais apresentados após esta data serão correspondentes aos valores dos exercícios subsequentes ao vigente.

## **DAS TAXAS E EMOLUMENTOS**

Art. 7º Para fins de cálculo do valor da taxa da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), serão adotados os seguintes critérios:

I – quando o serviço pelo qual o profissional estiver assumindo a responsabilidade técnica for uma edificação, o campo “Característica” deverá estar preenchido como “Edificação Nova” ou “Edificação Ampliação-Reforma”, e para o cálculo da taxa da ART será utilizada a tabela auxiliar do Confea de edificação, anexa à Resolução vigente que fixa os valores de registro de ART;

II – quando o serviço pelo qual o profissional estiver assumindo a responsabilidade técnica for a regularização de uma edificação concluída, o campo “Característica” deverá estar preenchido como “Regularização de Edificação Concluída”, e para o cálculo da taxa da ART será utilizado o valor do contrato. Na ausência deste, o valor dos honorários;

III - quando o serviço pelo qual o profissional estiver assumindo a responsabilidade técnica for a regularização de uma edificação em andamento, o campo “Característica” deverá estar preenchido como “Regularização de Edificação em Andamento”, e para o cálculo da taxa da ART será utilizada a tabela auxiliar do Confea de edificação, anexa à Resolução vigente que fixa os valores de registro de ART;

IV – quando o serviço pelo qual o profissional estiver assumindo a responsabilidade técnica for a reforma de uma edificação sem aumento de área, o campo “Característica” deverá estar

preenchido como "Edificação Reforma", e para o cálculo da taxa da ART será utilizado o valor do contrato. Na ausência deste, o valor dos honorários;

V - para todos os demais serviços técnicos não previstos nos anexos da Resolução do Confea nº 502, de 2007, que fixa os valores de registro de ART, o campo "Característica" deverá estar preenchido como "Obra/Serviço exceto edificação", e para o cálculo da taxa da ART será utilizado o valor do contrato. Na ausência deste, o valor dos honorários.

Art. 8º Será calculada taxa mínima na ART para os seguintes casos:

I – desempenho de cargo ou função técnica. Neste caso, o profissional deverá preencher o campo "Tipo" como "Cargo e Função";

II – co-responsabilidade técnica, total ou parcial, a uma ou mais ARTs já registradas no Crea-RS. Neste caso, o profissional deverá preencher o campo "Participação Técnica" como "Co-Responsável";

III – membro de equipe técnica, vinculada a uma ART já registrada no Crea-RS, e desde que os profissionais estejam no mesmo contrato e sejam vinculados a uma mesma pessoa jurídica. Neste caso, o profissional deverá preencher o campo "Participação Técnica" como "Equipe";

IV – o profissional que projetar, dirigir ou executar obra ou serviço residencial para uso próprio, deverá preencher no campo "Motivo" como "Obra Própria". Os campos "Contratante" e "Proprietário" devem estar preenchidos com o nome do respectivo profissional;

V – quando o profissional tiver vínculo empregatício com um órgão público, e estiver prestando serviços para este órgão público, na ART versão web, deverá selecionar "Sim" no campo "Possui autorização do Crea-RS para emissão de ART via órgão público?".

Art. 9º. A taxa da ART referente à emissão de Receituário Agrônomo será a constante na Resolução do Confea nº 502, de 2007, que fixa os valores de registro de ART, em múltiplos de 25 (vinte e cinco) receitas até o limite de 100 (cem) receitas para cada ART.

Art. 10. A taxa da ART referente à inspeção técnica de segurança veicular será a constante na Resolução do Confea nº 502, de 2007, que fixa os valores de registro de ART, em múltiplos de 25 (vinte e cinco) inspeções até o limite de 100 (cem) inspeções para cada ART.

Art. 11. Quando se tratar de contrato de prestação de serviços por prazo indeterminado, será recolhida anualmente uma ART com a respectiva taxa, correspondente ao valor do serviço contratado no primeiro mês do período de validade da ART, multiplicado por doze.

Art. 12. O Crea, por meio de convênio com órgãos públicos e entidades de classe, poderá conceder desconto na taxa de ART, respeitado o menor valor instituído em resolução vigente que fixa os valores de registro de ART, nas seguintes situações:

I – projeto, direção e execução de cada moradia popular;

II – elaboração de projetos, direção e execução de obras ou serviços para entidade beneficente, reconhecida como de utilidade pública;

III – em caso de calamidade pública, oficialmente decretada;

IV – elaboração de projeto e/ou assistência técnica à agricultura familiar nos limites definidos pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF;

V – elaboração de projeto e/ou execução de serviços, enquadrados nos programas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Pública.

Art. 13. A taxa de retificação será calculada em função das alterações sofridas pela ART.

§ 1º Será cobrada taxa mínima quando a alteração de dados não implicar em mudança de taxa.

§ 2º Será cobrada a diferença entre o valor já pago e o atual quando houver mudança de taxa para maior.

Art. 14. Nos casos de alteração de dados que implicam em valor a menor, o profissional será orientado a fazer uma nova ART com o motivo "Substituição de ART" e, após, solicitar a devolução da taxa integral paga pela ART substituída.

Art. 15. A retificação da ART está sujeita a análise do Depto. de Fiscalização e, em casos especiais, das Câmaras Especializadas.

Art. 16. O ingresso da retificação no acervo técnico do profissional se dará após o seu deferimento e pagamento da taxa respectiva.

Art. 17. Serão devolvidos os valores provenientes de taxa de ART quando formalmente requerido pelo profissional, por meio de formulário específico do Crea, nas seguintes situações:

I - obra comprovadamente não-executada;

II - duplicidade de ART;

III - ART considerada nula por decisão de Câmara Especializada;

IV - valor pago a maior ;

V - substituição de ART.

Parágrafo único. No caso de inexistência de acervo técnico ou indeferimento de registro de atestado técnico, o requerente poderá solicitar a devolução da taxa respectiva.

#### **DAS MULTAS**

Art. 18. As multas estipuladas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do art. 73 da Lei nº 5.194/66 e no art. 3º da Lei nº 6.496/77, terão o valor estipulado por resolução vigente, e serão aplicadas no valor máximo pelo Agente Fiscal do Crea.

Parágrafo único. Somente as Câmaras Especializadas e o Plenário poderão reduzir as multas até o valor mínimo, após análise de cada recurso.

#### **DAS TAXAS DE REGISTRO**

Art. 19. Os documentos emitidos por meio eletrônico são gratuitos.

Art. 20. O visto de registro de pessoa física (art. 58 da Lei nº 5.194/66) será gratuito para os profissionais que possuam o Registro Nacional de Profissional – RNP, ou seja, inscritos no Sistema de Informações do Confea/Crea – SIC.

Art. 21. Todos os descontos de natureza neste instrumento previstos respeitarão as regras insculpidas nos dispositivos supramencionados, ainda que a concessão tenha ocorrido anteriormente a esta data, por força da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 22. A presente Portaria vigorará de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2008.

Eng. Agrônomo GUSTAVO ANDRÉ LANGE.

## SOLICITAÇÃO DE DESCONTO DE ANUIDADE

(Anexo I da Portaria 113/2007)

### 1. Da identificação do requerente.

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. - \_\_\_\_

Título profissional: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Fone/faxp/contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### 2. Da natureza do pedido.

Pela resolução e portaria vigentes, requeiro a concessão de desconto no valor da anuidade do exercício conforme opção abaixo assinalada:

- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser meu primeiro registro;
- ☐ de 50% (cinquenta por cento) por comprovar a ausência do País durante, pelo menos, seis meses no exercício;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser do sexo masculino com mais de sessenta e cinco anos de idade completados até 31 de dezembro do ano anterior, e em dia com as minhas obrigações até o exercício anterior;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser do sexo masculino e ter trinta e cinco anos de registro no Sistema completados até 31 de dezembro do ano anterior, e em dia com as minhas obrigações até o exercício anterior;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser profissional registrado e possuir registro de empresa individual, a qual está com a anuidade do exercício 2008 quitada;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser do sexo feminino com mais de sessenta anos de idade completados até 31 de dezembro do ano anterior, e em dia com as minhas obrigações até o exercício anterior;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser do sexo feminino e ter trinta anos de registro no Sistema completados até 31 de dezembro do ano anterior, e em dia com as minhas obrigações até o exercício anterior;
- ☐ de 90% (noventa por cento) por ser portador de doença grave, resultando em incapacitação para o exercício profissional, devidamente comprovada; e
- ☐ de 50% porque não disponho de rendimento bruto, de qualquer natureza, comprovado mediante cópia da declaração do imposto de renda do exercício anterior, conforme segue:
  - a) valor mensal inferior ao salário mínimo profissional estabelecido na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, (profissional de nível superior);
  - b) valor mensal inferior a metade do salário mínimo profissional estabelecido na Lei nº 4.950-A, de 1966, (profissional de nível médio).

Nestes termos,  
Peço deferimento.

\_\_\_\_\_  
(data e local)

\_\_\_\_\_  
(assinatura do requerente)

## **DECLARAÇÃO**

(Anexo II da Portaria nº 113/2007)

DECLARO estar plenamente ciente do disposto em resolução do Confea vigente, na qual está previsto que se for constatada a inveracidade da situação declarada no Anexo I, o Crea-RS efetuará a cobrança da anuidade na forma do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 88.147/83, sem prejuízo do meu enquadramento no Código de Ética.

---

(data e local)

---

(assinatura do requerente)

## REQUERIMENTO DE DESCONTO DE ANUIDADE POR AUSÊNCIA DO PAÍS

(Anexo III da Portaria nº 113/2007)

### 1. Da identificação do requerente.

Nome: \_\_\_\_\_

Registro: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Fone/fax p/ contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Requeiro desconto de anuidade por ausência do País para o(s) exercício(s) de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ conforme legislação vigente.

Informo que estava ausente do País por mais de nove meses nos exercícios acima requeridos, conforme datas abaixo descritas e comprovadas nos documentos anexos.

Saída do Brasil: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_;

Tipo de documento comprobatório:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

País visitado: \_\_\_\_\_ Saída do País visitado: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_;

Tipo de documento comprobatório:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes termos,  
Aguardo deferimento.

\_\_\_\_\_  
(data e local)

\_\_\_\_\_  
(data e local)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_